

**Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano-INDSH**  
**Hospital Regional Público de Integração do Leste do Pará**

CNPJ 23.453.830/0009-27

**Demonstrações Contábeis para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 - Em R\$**

Ativo	Nota	Balço Patrimonial		Passivo	Nota	Demonstração do Resultado	
		2016	2015			2016	2015
<b>Circulante</b>		<b>10.872.134</b>	<b>10.894.652</b>	<b>Circulante</b>		<b>3.597.524</b>	<b>3.461.521</b>
Caixa e equivalentes de caixa 2a e 3		2.229.921	3.397.177	Fornecedores 7		1.641.232	1.776.232
Contas a receber 1b e 4		7.370.009	6.627.524	Obrigações trabalhistas 2f e 8		1.478.944	1.219.927
Estoques		549.408	776.456	Obrigações sociais		239.804	203.632
Adiantamento a fornecedores		69.879	4.626	Obrigações fiscais		133.635	113.433
Outros créditos		645.204	85.573	Outras contas a pagar		103.909	148.297
Despesas antecipadas		7.713	3.296	<b>Patrimônio líquido</b>		<b>10.206.189</b>	<b>10.667.348</b>
<b>Não circulante</b>		<b>2.931.579</b>	<b>3.234.217</b>	Patrimônio social		10.667.348	8.796.330
Imobilizado líquido	2c e 5	2.857.178	3.230.950	Transferência		-	(5.488)
Intangível líquido	2d e 6	74.401	3.267	Superavit/Deficit do exercício		(461.159)	1.876.506
<b>Total do ativo</b>		<b>13.803.713</b>	<b>14.128.869</b>	<b>Total do Passivo</b>		<b>13.803.713</b>	<b>14.128.869</b>

Descrição	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido		Superavit do exercício	Total
	social	Transferência		
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>				
Incorporação ao Patrimônio Social	8.796.330	(32.549)	8.828.879	8.796.330
Superavit do período	-	-	1.876.506	1.876.506
Transferência	-	(5.488)	-	(5.488)
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>8.796.330</b>	<b>(5.488)</b>	<b>1.876.506</b>	<b>10.667.348</b>
Incorporação ao Patrimônio Social	1.871.018	5.488	(1.876.506)	-
Deficit do período	-	-	(461.159)	(461.159)
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>10.667.348</b>	<b>-</b>	<b>(461.159)</b>	<b>10.206.189</b>

Evento	Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto	
	2016	2015
<b>Fluxos das atividades operacionais</b>		
Superavit/deficit do exercício	(461.159)	1.876.506
Depreciação/amortizações	417.496	403.936
Transferências enviadas	-	(5.488)
<b>(=) Total do ajuste líquido</b>	<b>(43.663)</b>	<b>2.274.954</b>

Descrição	Variações no circulante das contas de ativo e passivo	
	2016	2015
Aumento/redução dos créditos - circulante	(1.367.369)	(656.183)
Aumento/redução de estoques	227.048	(14.568)
Aumento/redução das desp. do exercício seguinte	(4.417)	(3.296)
Aumento/redução de fornecedores	(135.000)	575.425
Aumento/redução de obrigações trabalhistas	259.017	577.857
Aumento/redução de obrigações sociais	36.172	71.721
Aumento/redução de obrigações tributárias	20.202	18.612
Aumento/redução de outras obrigações	(44.388)	(523.947)
<b>(=) Total das variações das contas do ativo e passivo</b>	<b>(1.008.735)</b>	<b>45.621</b>

Descrição	Atividades de investimentos	
	2016	2015
Aquisição de imobilizado	(35.501)	(77.991)
Aquisição de bens do intangível	(79.357)	(2.547)
<b>(=) Variação do caixa e equivalente</b>	<b>(1.167.256)</b>	<b>2.240.037</b>

Descrição	Saldo existente no início do exercício		Saldo existente no final do exercício	
	2016	2015	2016	2015
Saldo existente no início do exercício	3.397.177	1.157.140	3.397.177	1.157.140
Saldo existente no final do exercício	2.229.921	3.397.177	2.229.921	3.397.177

Descrição	7. Fornecedores:	
	2016	2015
Materiais e medicamentos	333.201	440.638
Serviços	191.165	163.360
Serviços médicos	1.116.866	1.172.234
<b>Total</b>	<b>1.641.232</b>	<b>1.776.232</b>

Descrição	8. Obrigações Trabalhistas:	
	2016	2015
Obrigações trabalhistas	587.869	519.446
Provisão férias	817.522	642.743
Provisão PIS s/férias	8.173	6.425
Provisões FGTS s/férias	65.380	51.313
<b>Total</b>	<b>1.478.944</b>	<b>1.219.927</b>

**9. Isenções Usufruidas:** Como entidade beneficiante, sem fins lucrativos, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano não distribui parcela de seu patrimônio, ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no resultado, aplica integralmente no país os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com o dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. O valor da isenção do recolhimento da contribuição patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados e contabilizado, como se devido fosse.

Descrição	10. Seguros:	
	2016	2015
Isenção das contribuições previdenciária	2.523.474	2.048.630
COFINS	1.025.280	1.025.280
<b>Total</b>	<b>3.548.754</b>	<b>3.073.910</b>

**10. Seguros:** O Instituto mantém contratos de seguros, por medidas preventivas em valor considerado pela administração, suficiente para cobertura de eventuais sinistros.

**3. Caixa e Equivalentes de Caixa:** até 90 dias sem perda do valor. **b) Estoques:** São demonstrados ao custo médio de aquisição, inferior ou igual ao preço de mercado.

**c) Ativo imobilizado de gestão pública:** Os imobilizados são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzindo de depreciação acumulada, sendo calculado pelo método linear e leva em conta o período de vida útil e econômica do bem.

**d) Ativo intangível de gestão pública:** Os intangíveis refletem os custos com direitos de uso de software. E estão sendo amortizados a taxas lineares. **e) Apuração do resultado do exercício:** As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. **f) Provisão para férias e encargos:** Estão provisionadas integralmente pela parte vencida e proporcional a vencer, inclusive com os respectivos encargos sociais até a data do balanço. **g) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os ativos são reconhecidos quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade. Os passivos são reconhecidos quando a Entidade possui a obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Referidos ativos e passivos são acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. **h) Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Nas transações de 2016 não houve operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se dessem ser ajustadas a valor presente. **i) Patrimônio líquido:** O Grupo Patrimônio Líquido é representado pelo Patrimônio Social acrescido pelos resultados apurados e incorporados anualmente, após deliberação em Assembleia Geral Ordinária.

**4. Contas Receber:** Referem-se a contas a receber de contrato de gestão com a Secretária do Estado do Pará.

Descrição	2016		2015	
	Custo	Líquido	Custo	Líquido
Contrato de gestão nº 028/SESPA/2014	7.370.009	6.627.524	7.370.009	6.627.524
<b>Total</b>	<b>7.370.009</b>	<b>6.627.524</b>	<b>7.370.009</b>	<b>6.627.524</b>

**5. Imobilizado:** São representados por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em

Taxa anual Depreciação - %	2016				2015				
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Móveis e utensílios 10%	334.056	75.617	258.439	315.852	43.040	272.812	315.852	43.040	272.812
Instalações 10%	27.208	6.734	20.474	27.207	4.013	23.194	27.207	4.013	23.194
Máquinas e equipamentos 10%	155.210	31.561	123.649	145.102	16.846	128.256	145.102	16.846	128.256
Equipamentos informática 20%	212.957	94.420	118.537	210.356	52.135	158.221	210.356	52.135	158.221
Aparelhos de Cirurgia 10%	2.742.707	688.646	2.054.061	2.742.708	414.375	2.328.333	2.742.708	414.375	2.328.333
Instrumentos Cirurgicos 10%	339.868	79.262	260.606	335.280	45.417	289.863	335.280	45.417	289.863
Veículos 20%	44.300	22.888	21.412	44.300	14.029	30.271	44.300	14.029	30.271
	3.856.306	999.128	2.857.178	3.820.805	589.855	3.230.950	3.820.805	589.855	3.230.950

Taxa anual amortização - %	2016				2015				
	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Software 20%	83.373	8.972	74.401	83.373	750	3.267	83.373	8.972	74.401
	<b>83.373</b>	<b>8.972</b>	<b>74.401</b>	<b>83.373</b>	<b>750</b>	<b>3.267</b>	<b>83.373</b>	<b>8.972</b>	<b>74.401</b>

Julio César de Aguiar Garcia  
 Diretor Executivo - CPF: 098.430.598-08

Neimar Pereira Leão  
 Contadora - CRC CT - PA - 014637/O-4

Paragominas/PA, 31 de dezembro de 2016

continua ->

—☆ continuação

**Ilmos. Srs. Diretores do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH Regional Público de Integração Leste do Pará - Paragominas - PA. Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH - Hospital Regional Público de Integração Leste do Pará, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH - Hospital Regional Público de Integração Leste do Pará, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em especial a Resolução CFC 1409/2012 (que aprovou a ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidades de Lucros). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações

#### Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: ✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contúlo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. ✓ Obtemos entendimento dos controles

internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. ✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. ✓ Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. ✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2017

Maion &amp; Oliveira, Auditores Independentes S/S.

CRC - 2PA 0262/T-9

José Aparecido Maion

Contador

CRC - 1-SP-117.681/O-3

Reginaldo Caboatan

Contador

CRC - 1-SP-206.149/O

Protocolo: 169265

Belém e o Imobiliário  
Uma cidade entre contratos  
e contradições

Raul da Silva Ventura Neto

Edições

4009-7817